

ATA NÚMERO 86/XII/2ª SL

16.outubro.2012 – 15h00

Aos 16 dias do mês de outubro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. Projeto de Lei n.º 289/XII/2ª (PCP) - Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Margarida Almeida – PSD

5. Apreciação Parlamentar n.º 23/XII/1ª (PCP) – Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de Junho que “Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados

- Apreciação do requerimento do PCP no sentido de a discussão da Apreciação Parlamentar ser feita na Comissão

6. Projeto de Resolução n.º 457/XII/2ª, (PCP) – Recomenda o pagamento das compensações por caducidade dos contratos dos professores

- Discussão em Comissão

7. Projeto de Resolução n.º 466/XII/2ª, (BE) – Recomenda ao Governo a abertura imediata dos concursos de apoio às artes.

- Discussão em Comissão

8. Projeto de Lei n.º 291/XII/2ª, (PCP) - Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define os apoios específicos aos estudantes.

- **Apresentação pelo autor**
- **Apresentação do Parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Pedro Delgado Alves - PS

9. Plano de atividades do GT/ Educação Especial

- **Apreciação e votação**

10. Petição n.º 176/XII/2.ª – Pretende que a disciplina de psicologia seja lecionada por psicólogos

- **Apreciação Nota de Admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a) – CDS-PP**

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

Dia 17.outubro.2012 - 10h00 – Audição MEC

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O deputado Miguel Tiago (PCP) solicitou que o Projeto de Resolução n.º 475/XII, do PCP, Determina a divulgação imediata das condições de acesso e a abertura dos concursos de apoio às Artes, que baixou à Comissão em 11 de outubro, seja discutido a seguir ao Projeto de Resolução n.º 466/XII, do BE (ponto 7 da Ordem do Dia), atenta a afinidade da matéria, tendo a Comissão concordado.

Entretanto a deputada Catarina Martins (BE) solicitou que a apresentação do Projeto de Resolução n.º 466/XII passe para ponto 4 da Ordem do Dia, porque tem de se ausentar para ir para a reunião de outra Comissão, tendo havido acordo nesse sentido.

A proposta de Ordem do Dia, com as alterações referidas acima, foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O deputado Miguel Tiago (PCP), na sequência da impossibilidade de concretização da audição do Secretário de Estado da Cultura (marcada para o próprio dia), por motivos de saúde, apresentou um requerimento oral para vir outro membro do Governo responder por aquela área.

O deputado Emídio Guerreiro (PSD) referiu que o impedimento do Secretário de Estado da Cultura é temporário e pensa que curto, propondo que seja feito o reagendamento da sua audição.

A deputada Catarina Martins (BE) referiu que é importante que esta audição não seja confundida com a do OE e tenha lugar antes desta.

A deputada Inês de Medeiros (PS) realçou a importância desta audição para se fazer o balanço do 1.º ano e a necessidade de a mesma ter lugar antes da audição no âmbito do OE. Saliu também a importância de se receber rapidamente o documento setorial do OE em relação à Cultura.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu que considera aceitável o adiamento da audição por uma ou duas semanas.

O Presidente da Comissão informou que vai diligenciar no sentido de a audição do Secretário de Estado da Cultura poder realizar-se antes da do OE.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 10 de outubro foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão informou que o Presidente da Fundação Cidade Guimarães, Professor João Serra, manifestou disponibilidade para a audição a realizar, na sequência da aprovação do requerimento do PS, no dia 24 de Outubro, apenas da parte de tarde, uma vez que de manhã terá de fazer a abertura do Congresso Histórico Internacional a acontecer em Guimarães, no âmbito da Capital Europeia da Cultura.

Na impossibilidade de confirmação desta data, sugeriu ainda o dia 31 de Outubro.

Verificando-se que no dia 24 à tarde há Plenário e no dia 31 é a discussão do OE 2013, o Presidente da Comissão referiu que se equacionará entretanto outro dia.

Foi ainda consensualizado que a Comissão aceita o calendário de audições dos membros do Governo no âmbito do OE.

3.2. A COFAP dirigiu um pedido de parecer à Comissão relativamente à [Proposta de Lei n.º 100/XII/2.ª \(GOV\)](#) – *Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013*.

O parecer, da responsabilidade do PSD (por indisponibilidade do PEV, a quem caberia), deverá ser remetido à COFAP até 26 de outubro, pelo que será apreciado na reunião da Comissão do dia 24.

3.3. O parecer respeitante à Proposta de Lei do OE 2013, a ser remetido à COFAP até 26 de outubro, cabe ao PS e será apreciado na reunião de 24 de outubro.

3.4. O Presidente informou que terminou o prazo de receção de contributos para o Projeto de Lei nº 267/XII, do PCP, que Estabelece um regime de suficiência do formato digital para entrega de trabalhos, teses e dissertações, tendo sido recebidos 4, que estão disponíveis na página da Comissão.

Informou ainda que o parecer da iniciativa, da autoria da deputada Elza Pais (PS), será apreciado na reunião de 24 outubro.

3.6. Regulamentação das leis. Relatório sobre informações a prestar à AR.

Tinham sido distribuídas as listagens remetidas pela DILP das leis publicadas e que exigindo regulamentação, ainda não foram regulamentadas ou só o foram parcialmente e bem assim uma listagem unicamente com as leis da área de intervenção da Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Realçou-se que desde 2007 a maioria das leis não tem um prazo de regulamentação fixado, o que permite que o Governo não incorra em incumprimento do mesmo, mas pode gerar o retardar da implementação das situações que exigem regulamentação.

As listagens, que serão depois apreciadas na Conferência de Presidentes de Comissões e de seguida enviadas ao Governo para se pronunciar sobre elas, não suscitaram quaisquer comentários ou observações.

Na sequência duma pesquisa efetuada pela DILP a 2870 leis publicadas entre 1976 e 2012 e a 15700 Decretos-lei de 1976 até ao final da 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura (14 de setembro de 2012), foi remetido um relatório sobre as leis que

estabelecem a prestação de informações à Assembleia da República e a indicação sobre se as mesmas têm sido prestadas.

Na área da CECC foram localizadas as 2 leis abaixo referidas, verificando-se que o Governo ainda não remeteu à AR os relatórios previstos:

1. Lei nº 107/2001, de 8 de setembro - Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural

Estabelece a obrigação de o Governo apresentar à AR um **relatório circunstanciado sobre o estado do património cultural em Portugal**, de três em três anos e com início em 2001.

2. Lei nº 60/2009, de 6 de agosto - Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar

Estabelece a obrigação de o Governo apresentar à AR um **relatório global de avaliação sobre a aplicação da educação sexual nas escolas**, baseado nos relatórios periódicos, após os dois anos letivos seguintes à entrada em vigor da lei (**após final ano letivo 2010-2011**).

Não se tendo registado nenhum comentário ou observação à lista, foi determinado que sejam remetidos ofícios aos membros do Governo correspondentes, a solicitar-lhes que remetam os relatórios em causa.

3.7. Parecer da CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados - sobre a proposta de alteração da Lei antidopagem no desporto, formulada pela CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

A CADA remeteu em 25 de setembro um parecer propondo a alteração do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, que aprova a Lei antidopagem no desporto, preceito que dispõe que “*O direito de acesso e retificação de dados pessoais rege-se pelo disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro*”.

Dado que o referido n.º 2 interfere com competências da CNPD, foi deliberado o seguinte pela CECC: Solicitar à CNPD que se pronuncie, solicitar pronúncia ao Secretário de Estado do Desporto e da Juventude e dar conhecimento à CADA, pedindo-lhe qualquer informação complementar que entenda pertinente.

A CNPD remete agora parecer em que conclui que “*discorda totalmente do entendimento da CADA e defende a manutenção do articulado da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto*”. Não foi recebida pronúncia da CADA e do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude.

Nesta sequência, o Presidente da Comissão propôs que a Lei n.º 38/2012 não seja alterada e que se informem as 3 entidades em conformidade, tendo havido acordo nesse sentido.

4. Projeto de Resolução n.º 466/XII/2ª, (BE) – Recomenda ao Governo a abertura imediata dos concursos de apoio às artes.

A deputada Catarina Martins (BE) fez a apresentação da iniciativa, seguindo-se a apresentação do Projeto de Resolução n.º 475/XII, do PCP, pelo deputado Miguel Tiago (PCP). Registou-se depois a discussão conjunta das 2 iniciativas, com intervenções dos deputados Inês de Medeiros (PS), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e por último as dos autores.

A gravação áudio da discussão e a respetiva informação estão disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 466/XII/2ª](#) e no [Projeto de Resolução n.º 475/XII/2ª](#).

5. Projeto de Resolução n.º 475/XII/2ª, (PCP) – Determina a divulgação imediata das condições de acesso e a abertura dos concursos de apoio às Artes,

O deputado Miguel Tiago fez a apresentação da iniciativa, registando-se depois a sua discussão conjunta com a do BE, nos termos referidos atrás.

A gravação áudio da discussão e a respetiva informação estão disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 466/XII/2ª](#) e no [Projeto de Resolução n.º 475/XII/2ª](#).

6. Projeto de Lei 289/XII/2ª (PCP) - Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas

O parecer da iniciativa foi apresentado pela sua autora, deputada Margarida Almeida (PSD), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Apreciação Parlamentar n.º 23/XII/1ª (PCP) – Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de Junho que “Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados

Os deputados do PCP requereram a discussão da Apreciação Parlamentar n.º 23/XII na Comissão, tendo o deputado Miguel Tiago (PCP) feito a apresentação desse requerimento. No âmbito da apreciação do mesmo, o deputado Emídio Guerreiro (PSD) concordou com a discussão na Comissão e referiu que deve ser utilizada para o efeito a grelha de tempos D do Plenário (3 minutos para cada GP, mais um para o autor e para o Governo) e bem assim informado o Governo sobre a data da discussão, sendo que tem direito a intervir.

Intervieram depois os deputados Odete João (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Ana Drago (BE) que manifestaram concordância com a discussão da Apreciação Parlamentar na Comissão.

O deputado Miguel Tiago pediu ainda que seja reponderada a grelha dos debates das apreciações parlamentares, alargando-a para o futuro. O deputado Emídio Guerreiro contrapôs que a grelha da discussão na Comissão deve ser igual à do Plenário e neste utiliza-se a grelha D.

Por último, o Presidente em exercício referiu que esta questão poderá ser reequacionada numa reunião de coordenadores dos GP e da mesa da Comissão.

8. Projeto de Resolução n.º 457/XII/2ª, (PCP) – Recomenda o pagamento das compensações por caducidade dos contratos dos professores

O deputado Miguel Tiago (PCP) fez a apresentação da iniciativa, registando-se depois a intervenção da deputada Isilda Aguincha (PSD) e por último novamente a do autor.

A gravação áudio da discussão e a respetiva informação estão disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 457/XII \(2ª\)](#).

9. Projeto de Lei n.º 291/XII/2ª, (PCP) - [Aprova a Lei-Quadro da Ação Social Escolar no Ensino Superior e define os apoios específicos aos estudantes.](#)

A deputada Rita Rato (PCP) fez a apresentação da iniciativa e referiu, em síntese, que se pretende garantir o reforço do montante das bolsas e o alargamento do número de bolsas a atribuir, realçando a necessidade de mais apoios. Informou ainda que estão abertos à introdução de alterações na especialidade.

Interveio depois o deputado Emídio Guerreiro (PSD), mencionando que se tem avançado no regulamento das bolsas, que vai respondendo às dificuldades sentidas e prestando ajuda às famílias.

Por último, a deputada Rita Rato realçou que na maioria dos últimos anos letivos as verbas de ação social previstas no OE não têm sido esgotadas, porque as regras técnicas são muito limitativas, reiterando que há necessidade de alterar a lei, para aumentar o montante das bolsas e o número de bolsas a atribuir.

Foi adiada para a reunião do dia 17 a apresentação do Parecer, de que é autor o deputado Pedro Delgado Alves (PS).

10. Plano de atividades do GT/ Educação Especial

O plano de atividades foi apresentado pela deputada Margarida Almeida (PSD), tendo-se verificado de seguida a intervenção do deputado Jacinto Serrão (PS), de concordância com o mesmo. Posto a votação, o plano de atividades foi aprovado por unanimidade, pelos deputados do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE.

11. Petição n.º 176/XII/2.ª – Pretende que a disciplina de psicologia seja lecionada por psicólogos

Está em causa uma petição remetida à AR através do sistema de petições on-line, mas que corporiza a remessa de uma petição pública, subscrita on-line, em que se solicita que a disciplina de Psicologia, no ensino secundário, seja lecionada por docentes formados em Psicologia e não em Filosofia, como acontece atualmente.

Verificando-se que a petição pública está dirigida ao Ministro da Educação e Ciência, a nota de admissibilidade propunha que a mesma fosse admitida e se deliberasse a sua remessa àquele membro do Governo, para apreciação e tomada de decisão e que se ponderasse solicitar ao mesmo que informasse a AR sobre a posição adotada em relação à petição e as diligências desencadeadas.

Intervieram os deputados Odete João (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Rita Rato (PCP) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), que se pronunciaram no sentido de se questionar a peticionária sobre se pretende que a petição seja apreciada na AR, devendo nesse caso proceder-se à sua admissão, tendo a Comissão deliberado nesse sentido.

12. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data da próxima reunião



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de outubro 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 24 de outubro de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Catarina Martins
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
João Prata
Maria Ester Vargas
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Michael Seufert